



PROFESSORAS NEGRAS NA UFBA: TRANSFORMANDO POR DENTRO

WELLINGTON PEREIRA SANTOS¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0000-0000-0000>

wellington.santos@ifba.edu.br

RESUMO: O estudo sobre trajetórias de professoras negras é um campo interdisciplinar que considera que a universidade é um *locus* de transformação subjetiva dessas mulheres, oriundas de uma posição subalterna, muitas vezes presas ao imaginário social racista predominante no país. Para a realização da pesquisa utilizei a metodologia qualitativa, e neste artigo apresento parte dos resultados alcançados através do método etnográfico, da observação participante na sala de aula e da realização de entrevista semiestruturada em diálogo com a literatura sobre gênero e raça, considerando que todas as dez participantes são autodeclaradas negras e atuam na universidade Federal da Bahia (UFBA). Os resultados apontam para o compromisso com a boa formação d@s estudantes, de um modo geral, e, particularmente, d@s estudantes negr@s, quase sempre minoria nos cursos analisados, além disso é dedicada uma atenção especial à formação da consciência crítica com relação às desigualdades existentes em nossa sociedade.

Palavras-chave: Gênero, trajetória, professoras negras.

BLACK FEMALE PROFESSORS AT UFBA: TRANSFORMING FROM WITHIN

ABSTRACT: The study of the trajectories of black female professors is an interdisciplinary field that considers that the university is a locus of subjective transformation for these women, coming from a subordinate position, often trapped in the racist social imaginary prevalent in the country. To carry out the research I used qualitative methodology, and in this article I present part of the results achieved through the ethnographic method, participant observation in the classroom and semi-structured interviews in dialogue with the literature on gender and race, considering that all ten participants are self-declared black and work at the Federal University of Bahia (UFBA). The results point to the commitment to the good training of students, in general, and, particularly, black students, almost always a minority in the courses analyzed, in addition, special attention is dedicated to the formation of critical awareness in relation to the inequalities that exist in our society.

Keywords: Gender, trajectory, black female teachers.

PROFESORAS NEGRAS EN LA UFBA: TRANSFORMACIÓN DESDE DENTRO

RESUMEN: El estudio de las trayectorias de profesoras negras es un campo interdisciplinario que considera la universidad como un espacio de transformación subjetiva para estas mujeres, quienes parten de una posición subordinada y a menudo se encuentran atrapadas en el imaginario social racista imperante en el país. Para esta investigación, se empleó una metodología cualitativa, y en este artículo se presentan algunos de los resultados obtenidos mediante el método etnográfico, la observación participante en el aula y entrevistas semiestructuradas, en diálogo con la literatura sobre género y raza, considerando que las diez participantes se identifican como negras y trabajan en la Universidad Federal de Bahía (UFBA). Los resultados evidencian un compromiso con la educación de calidad del estudiantado en general, y en

1 Instituto Federal da Bahia, Santo Amaro, Bahia-BA, Brasil.



particular del estudiantado negro, quien casi siempre constituye una minoría en los cursos analizados. Asimismo, se presta especial atención al desarrollo de una conciencia crítica respecto a las desigualdades existentes en nuestra sociedad.

Palabras clave: Género, trayectoria, profesoras negras.

INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda sobre trajetória de professoras negras na Universidade Federal da Bahia (UFBA), a partir de uma perspectiva teórica feminista negra e decolonial, tendo como objetivo compreender as dinâmicas que envolvem o exercício docente em sala de aula, a partir de sua condição de mulheres negras, e como isso influencia suas práticas profissionais, considerando questões como a relação com @s estudantes e as discussões realizadas nas disciplinas.

Trata-se do resultado de uma pesquisa de doutorado inspirada inicialmente por minha vivência acadêmica, a partir do meu ingresso na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), e pela constatação de que, mesmo sendo considerada proporcionalmente a universidade mais negra do Brasil, com 80% d@s estudantes autodeclarados negr@s, segundo o Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA, 2017), e mesmo sendo a primeira universidade federal a instituir integralmente a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), ainda há poucas professoras negras em seu quadro efetivo.

De acordo com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, 2017), na Rede Universitária Federal, 96% são professor@s brancos, enquanto apenas 4% são professor@s negros, o que implica em uma demarcação/distinção a partir da questão racial. Outro ponto a ser observado é a condição de gênero, visto que as mulheres no ensino superior são maioria com doutorado, com 53,15%, em contraposição a 46,85% de homens. No ensino universitário, as mulheres são 45% entre @s docentes²; nos institutos federais de ensino (médio e técnico), correspondem a 37%; e na educação básica as mulheres são ampla maioria, alcançando a marca de 80%, o que demonstra uma desigualdade de gênero referente à educação superior e, consequentemente, no que diz respeito à posição no mercado de trabalho. No entanto, os dados não apresentam números específicos sobre as mulheres negras, o que revela um silenciamento sobre a

² Ao longo do texto, @s leitor@s irão encontrar o termo docente para representar as professoras negras entrevistadas na pesquisa, uma vez que esse termo é frequentemente usado para a variação de quem se dedica à docência.



condição da sujeita mulher negra no exercício do magistério superior, implicando em uma invisibilização da condição de desigualdade, já que poucos dados especificam a cor das docentes e, quando aparecem, falta-lhes uma análise mais apurada.

O tema da educação formal tem sido pauta na agenda dos Movimentos Negros ao longo de anos, também se tornou “um tema caro para as feministas negras” (Petruccelli, 2004, p. 30). As desigualdades raciais e de gênero são evidenciadas em todos os níveis do sistema de ensino, inclusive no ensino superior e na pós-graduação. As explicações são atribuídas às heranças do passado escravista e às políticas de branqueamento que vigoraram no Brasil entre os séculos XIX e XX, bem como às relações de dessemelhanças na contemporaneidade que, veladas ou não, reproduzem com perversidade as hierarquias raciais. Nesse sentido, as pesquisas sobre as trajetórias de professoras negras no ensino superior têm sido uma ampliação do campo que estuda educação e relações de gênero e raça, já que pesquisas que abordam esses temas são majoritariamente realizadas no ensino fundamental e médio.

Mesmo considerando o interesse pelos temas de gênero, raça, educação e ciência, ainda são escassas as pesquisas que tratam das questões relativas às hierarquias raciais na rede federal de ensino, sobretudo nas universidades federais, buscando interpretar fenômenos que expressam as desigualdades e que interferem diretamente na condição/produção intelectual das mulheres negras.

O estudo sobre trajetórias de professoras negras é um campo interdisciplinar que considera que a universidade é um *locus* de transformação subjetiva dessas mulheres, oriundas de uma posição subalterna, muitas vezes presas ao imaginário social racista predominante no país. Elas alcançam prestígio social, apesar das barreiras racistas e sexistas enfrentadas cotidianamente. As expectativas sociais sobre as mulheres negras, em geral, impõem-lhes uma representação de que elas “estão no mundo para servir”, promovendo dessa forma um impacto negativo na sua construção subjetiva, enquanto sujeitas sociais e agentes da produção do conhecimento.

Para elaborar o escopo da pesquisa, levei em conta as condições, situações e contingências que envolveram a minha trajetória e experiência acadêmica. Estudar as desigualdades de gênero e raça, em diálogo com a nossa condição na sociedade, enquanto pessoas negras e como grupo social,



que ainda preenche pouco o espaço universitário brasileiro, fez-me assumir o compromisso de refletir sobre a condição da sujeita³ negra professora universitária.

Utilizei a metodologia qualitativa, tendo sido empregados: o método etnográfico, a realização de entrevista semiestruturada, a análise do currículo Lattes das professoras, além dos dados secundários do Censo da Educação Superior (2016, 2017). Aqui apresento parte da etnografia e das entrevistas realizadas e desenvolvo um diálogo com a literatura sobre o tema das desigualdades raciais e de gênero.

Seguindo recomendações do conselho de ética da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), foram utilizados nomes fictícios para fazer referência às entrevistadas⁴, escolhidos pelas próprias interlocutoras da pesquisa para sua identificação. Dentre as escolhas, as entrevistadas optaram por nomes de personagens de livros, de escritoras, intelectuais e ativistas, mulheres que fizeram e fazem história; outras escolhas se deram por afeto, rememorando mulheres presentes em suas trajetórias.

PROFESSORAS NEGRAS NA UFBA: ETNOGRAFIA EM SALA DE AULA

Trabalhei com dez entrevistadas, todas autodeclaradas negras, sendo que seis delas nasceram na Bahia e quatro em outros estados (duas em São Paulo, uma no Rio Grande do Sul e uma no Espírito Santo). As sujeitas da pesquisa advêm dos Institutos de Letras (5), Química (1), Física (1), das Escolas de Enfermagem (1), Direito (1) e Arquitetura e Urbanismo (1). O contato inicial para a identificação das entrevistadas ocorreu através de indicação e depois da técnica de *snowball*, e por conta disso há um maior número de interlocutoras vinculadas ao Instituto de Letras.

A partir da etnografia realizada em sala de aula e das observações participantes que me colocaram *face to face* com o exercício docente das professoras participantes da pesquisa, busquei entender as práticas pedagógicas, as relações com @s estudantes, a atenção dada às dificuldades e a valorização das habilidades e competências d@s estudantes negr@s, e os esforços empreendidos na

³ Em conformidade com as demandas atuais dos movimentos sociais de feminilizar a linguagem, utilizei o termo sujeita, no feminino.

⁴ Mantivemos o anonimato das entrevistadas, informamos sobre a pesquisa e garantimos que a colaboração prestada à investigação não seja utilizada com o intuito de prejudicar o grupo investigado.



(re)construção dos currículos. É possível perceber que todo esse processo foi/é marcado por uma pedagogia feminista, que envolve abordagens teóricas inovadoras, a exemplo da introdução de referenciais oriundos da diversidade étnica brasileira e de autor@s negr@s. Isto possibilita que os temas gênero e raça sejam aplicados e apareçam nos contextos de ensino-aprendizado, atentando para as inestimáveis contribuições dos Movimentos Negros e do Movimento de Mulheres Negras.

Nesse sentido, no transcorrer do texto, @s leitor@s vão se deparar com essas articulações que desejam uma outra formação discente, desvelando possibilidades para além do formato oficial, posta a sua disposição e sua prática pedagógica. Assim, comecei a minha “aventura antropológica” tal como empreender: dei os primeiros passos da pesquisa buscando compreender as dinâmicas que envolvem as trajetórias das professoras negras no ensino superior, e como elas superam as barreiras do racismo, que são intensificadas com o sistema sexista.

Mergulhei no campo passei a etnografar suas aulas nas diferentes disciplinas e áreas do saber, para produzir os relatos que serão expostos aqui, ou seja, os dados do caderno de campo oriundos da pesquisa. Assim, as anotações refletem, prioritariamente, as aulas e as observações das relações cotidianas em sala de aula.

No dia 21 de junho de 2018, no primeiro dia de inverno, eu fui ao ponto de ônibus da Avenida Antônio Carlos Magalhães, conhecida como ACM 22, peguei o ônibus que faz a linha Imbuí até a Praça da Sé, fazendo todo o percurso até chegar próximo ao meu destino. Como gosto de caminhar, desci na região do Cemitério Campo Santo, passei observando sua arquitetura externa, que de tão bonita chama bastante a atenção de quem passa pela calçada.

Já chegando aos domínios da UFBA em alguns poucos minutos, prossegui em minha caminhada, chegando à Faculdade de Educação (FACED), onde, no mesmo pavilhão, um pouco abaixo, em linha reta, encontra-se o prédio da Faculdade de Administração, por onde passei e, à esquerda, visualizei as escadas que dão acesso à Escola de Direito, de onde logo avistei o prédio. Após adentrar o prédio, peguei o elevador para o terceiro andar. Cheguei às 08h37min da manhã para a aula onde iniciaria a observação participante, às 8h50min. Não demorou muito, a interlocutora da pesquisa chegou à sala trajando uma calça vermelha, blusa floral, nas cores laranja e vermelho, um blazer branco e usando um colar artesanal de madeira. Estava bem-disposta, sorridente, cumprimentou-me e começou a sua aula.



A professora Luiza Bairros, no período desta pesquisa, lecionava a disciplina “Direito Agrário” para uma turma de 27 estudantes, porém notei uma abstenção muito grande, e atribuo isso ao período das festas juninas. Nesta aula estavam presentes 12 estudantes, sendo 5 mulheres (do meu ponto de vista, 2 delas eram socialmente negras e 3 brancas) e 7 homens (5 socialmente brancos e 2 negros), ou seja, a turma poderia ser caracterizada naquele momento como tendo um perfil misto.

Sobre o prédio da Escola de Direito, percebe-se que é bem conservado e que passou por uma reforma recente, porém sem perder o seu aspecto de prédio antigo clássico. A sala onde acontecem as aulas da docente Luiza Bairros tem dimensões que comportam bem @s estudantes e é bem estruturada em termos de equipamentos didáticos. É uma unidade rica em áreas verdes, bastante arejada, com janelas amplas, mas que não dispensa o aparelho de ar-condicionado, por conta dos dias mais quentes na boa terra.

A aula em questão foi sobre a constituição do direito à terra, a partir das identidades apresentadas pela professora Luiza Bairros, que tratou dos conceitos de Posse Civil e Posse Agrária, Relações Tradicionais e Unidade Coletiva. Tenho que confessar que essa foi uma experiência muito enriquecedora para a minha pesquisa e para mim, enquanto estudante, também no lugar de pessoa. Na oportunidade, pude observar determinadas relações cujos códigos são diferentes de minha formação de cientista social.

A professora falou que o conceito de Cultura é importante para definir determinados casos jurídicos e essa noção ajuda a pensar a terra e seu uso, dando ênfase à unidade coletiva do patrimônio e ao formato de sua utilização, ou melhor, à ideia de comunidade tradicional, o que se enquadra como territórios quilombolas, comunidades indígenas, fundo de pasto, dentre outras. Nesse momento, um estudante trouxe à tona a discussão sobre as bases legais em que as cotas foram concebidas e sua relevância, abordando um exemplo do cotidiano, porém questionando a forma como o sistema de cotas é praticado. A professora Luiza Bairros argumentou que as cotas começam com a autodeclaração, que leva em conta a pertença d@s diferentes sujeit@s sociais, valorizando as múltiplas performances sociais. Em suas palavras:

Hoje temos alguns ajustes para evitar fraudes, que é a ideia de autoclassificação, como você se reconhece, juntamente com a performance social que se junta à autodeclaração, que é o fenótipo associado às relações sociais, juntamente com a



performance social, ou seja, performance seria como os sujeitos individuais vivenciam as condições raciais (Luiza Bairros, professora na Escola de Direito).

A professora, após explicar questões referentes à temática da identidade e sobre a política de cotas, retoma o tema da aula, deixando explícito que, tanto para as questões de territorialidade e do uso da terra quanto das cotas raciais para ingresso nas Universidades, cultura e identidade são categorias preponderantes para a elaboração de políticas públicas.

A partir daí, ela fala da importância do autorreconhecimento das comunidades e povos tradicionais. Relata que a subjetividade tem a ver com a consciência individual, com a pertença coletiva de um grupo, a exemplo dos povos indígenas, que se classificam como Pataxós, Kaingangs, Katukinas, Guaranis, pois são exemplos de povos que demarcam lugares pelas identidades, afirmando que quem os chama de índios são @s branc@s.

“Direito Agrário” é uma disciplina que trata das questões referentes ao direito e uso da terra, e nas suas aulas a professora Luiza Bairros traz características que valorizam uma discussão descolonial, o que parece ser uma abordagem bem interessante sobre o conteúdo estudado. Esse posicionamento tem se encaixado como algo usual por professor@s pesquisador@s que advêm de grupos de minorias, o que acarreta uma reflexão que valoriza outras histórias e perspectivas de pensamento. As professoras negras procuram promover uma discussão que valorize as habilidades e competências d@s estudantes, que dialogue com as realidades deles e delas e que promova uma interface com a bibliografia sugerida no curso.

A interlocutora Luiza Bairros relatou que tem trazido novas abordagens do Direito, porém, constatou que quase não existem professor@s e pesquisador@s negr@s nesta área, o que dificulta a produção de textos e artigos científicos que contenham o debate racial. Explica ainda que tem buscado na Geografia e na História textos de pesquisador@s negr@s que dialoguem com o Direito Agrário e agreguem diversidade de temas à disciplina. A professora se mostra muito engajada nas discussões raciais e se esforça para inseri-las na área do Direito.

Ao final da aula, perguntei-lhe sobre a sua vestimenta, conforme descrevi anteriormente. Ela disse que tenta quebrar essa ideia de que a docente de Direito deve lecionar de forma hiper arrumada e, assim, ela afirma que tenta subverter os padrões impostos a partir das oportunidades que estão ao seu alcance. Fala que até o seu tipo de carro é diferente no curso, apontando que o seu veículo destoa



do de outr@s professor@s da universidade, que são carros mais potentes, muitas vezes importados e de luxo, o que não é diferente com as roupas, pois esse conjunto de coisas são elementos distintivos, que muitas vezes revelam o lugar de onde se vem.

A professora Luiza Bairros relata que essa visão determinista, de certa maneira, também chega até @s estudantes, pois quem vem de minorias sociais acaba passando por situações constrangedoras e excludentes. Ela conta que a calourada d@s futur@s estudantes de Direito tem uma peculiar distinção: eles e elas usam roupas dos colégios do ensino médio onde completaram o último ano, e cita escolas tradicionais da cidade, o que já nesse momento denota uma distinção entre aquel@s pertencentes às classes média e média alta e aquel@s pertencentes às classes baixas. Também são formados grupos através do aplicativo de mensagens *WhatsApp*, antes mesmo da matrícula, onde são adicionados apenas jovens estudantes que advêm da elite baiana, excluindo @s demais. Esse relato revela o modo como as hierarquias de classe e de raça são colocadas, antes mesmo de começarem as aulas do primeiro semestre de Direito. A professora diz ainda que busca ajudar da melhor maneira @s estudantes negr@s, e tenta ser o mais próximo possível, buscando ser acolhedora com el@s. “É um exercício cotidiano”, expressa ela.

Ressalto que, sendo um corpo estranho, um *outsider within*, ou seja, um “forasteiro de dentro”, como refere Patrícia Hill Collins⁵ (2016), isso me levou a refletir como a docente Luiza Bairros busca subverter a lógica, garimpando autor@s negr@s, mesmo que no campo do Direito não haja muit@s pesquisador@s que considerem as questões racial e de gênero. A referida professora, ao adotar textos de outras áreas, introduz discursos interdisciplinares que lhe auferem outro *status*, no caso, o de uma “estrangeira original”, pois, ao ocupar um lugar especial, torna-se uma pessoa em condições de contribuir para criar uma rede de conhecimentos e solidariedade, capaz de modificar os estudos sociológicos acadêmicos, enquanto pesquisadora negra.

Podemos perceber a forma como sujeit@s negr@s, ao adentrarem nas universidades, podem alterar não somente os conteúdos ministrados nas disciplinas, mas também modificar as relações

⁵ Autor@s negr@s ao aparecerem pela primeira vez neste texto, terão seu sobrenome em destaque (negrito), como forma de combater a invisibilidade d@s intelectuais negr@s dentro das políticas de citação. Esta ação é um desdobramento do Coletivo Angela Davis, encaminhado na Escola Transnacional de Feminismo Negro e Decolonial, realizada em Cachoeira-BA, e publicada no artigo “Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial”, escrito por Angela Figueiredo (2020).



sociais e as relações epistemológicas, possibilitando mudanças que acontecem nas entrelinhas, de forma sutil, desde a vestimenta adotada até a produção do conhecimento, trazendo para @s estudantes outros modos de reflexão.

“O QUE É PRECISO PARA ESCREVER?”: OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE NO INSTITUTO DE LETRAS

No dia 29 de junho de 2018, direcionei-me para mais uma ida a campo, seguindo o caminho para a observação *in loco*, na expectativa de perceber símbolos e códigos que pudesse representar as condições de ser professora negra no magistério superior federal. Fiz o percurso de ônibus, saindo de Brotas até a Federação, e a minha chegada à UFBA aconteceu em meio a muita chuva. Mas não parei, segui pela Faculdade Politécnica para pegar o elevador até as escadarias que levam ao *campus* de Ondina, quando naquele momento a chuva aumentou, o que me impôs a parar perto da escadaria e me abrigar em um espaço coberto, onde esperei a chuva ficar mais fina, ou, como falamos aqui na Bahia, chuviscando.

Era mais um contato com a professora Conceição Evaristo. Eu já havia realizado a entrevista em um momento anterior ao da observação, mas estava ansioso para chegar ao Instituto de Letras, confesso! Sentindo o toque do vento e o cair da chuva fina, resolvi prosseguir a passos mais apressados, descendo as escadas rumo à Ondina. Cheguei bem molhado, mas feliz, pois havia chegado no exato horário da aula. Agradeci a São Pedro, visto que o dia 29 de junho é dedicado a Ele, lembrando que chuva bem caída é sinal de fartura em minha terra, Santo Amaro da Purificação, Recôncavo da Bahia. Veio também à memória que a interlocutora Conceição Evaristo salientou na entrevista ser bem católica e devota de Maria, o que me leva a acreditar que a Santa me trouxe sorte para que fosse pontual naquele dia.

Enfim, ali estava, enquanto pesquisador, próximo a entrar na sala, com o olhar voltado para perceber os detalhes e com os ouvidos atentos para saber escutar e, assim, estar preparado para fazer um bom papel naquele momento. Respirei fundo e adentrei a sala do terceiro pavilhão de aulas do Instituto de Letras, para assistir à aula da disciplina denominada “Projeto de Pesquisa”, iniciada às 7h da manhã, indo até às 9h.



A professora Conceição estava vestida com uma calça da cor vinho, camisa de crochê marrom, sapato combinando com a cor da blusa e tinha um colar em tom prateado. Na aula, havia seis estudantes – duas eram mulheres socialmente lidas como pretas e quatro eram homens, três socialmente pardos e um lido como branco. O tema da aula foi: “O que é preciso para escrever?”, onde a professora explicou que uma boa escrita passava pela articulação bem-feita das ideias, envolvendo o uso dos referenciais teóricos e a forma de citação normatizada para teses, dissertações e artigos científicos.

No decorrer da aula, uma estudante disse: “muitos professores, quando nós pronunciamos algo, não levam em consideração, diz que somos novos...” e continua relatando que, certa vez, ouviu uma docente afirmar: “vocês estão na graduação e vocês não são ninguém”. A professora Conceição Evaristo respirou fundo e disse:

Rapaz, ela falou isso? É uma mentira! Você está aqui, é um sujeito, está pesquisando, então, está produzindo, é pesquisadora. Na graduação se faz sim pesquisa [...]. Eu nunca digo isso a um estudante. Vocês são pesquisadores, a graduação é o primeiro passo. Acredito que o ponto de vista sempre tem que aparecer. Sem se posicionar, a ideia não aparece assim... tem que defender seu ponto de vista. [...] a gente quer saber o que vocês estudantes têm a dizer! (Conceição Evaristo, professora no Instituto de Letras).

Naquele momento um roteiro de coisas me veio à mente. Estamos vivendo um contexto em que novos temas de pesquisas têm emergido nas universidades, isso muito por conta do advento das cotas raciais, que têm trazido estudantes de origens diversas, muit@s de grupos subalternos, com uma visão de mundo diferenciada sobre o espaço acadêmico.

Seguindo nessa linha reflexiva, torna-se necessário pensar sobre o perfil de ingressantes nas universidades, que além de muitas serem pessoas ligadas ao movimento social, em suas diversas vertentes, trazem suas vivências individuais e coletivas para a academia, dando uma perspectiva científica para o que antes não era considerado como ciência.

O contexto político e social em que tais movimentos se inscrevem é, efetivamente, propiciado pelas conquistas do movimento negro a partir dos anos de 1980, atrelado às políticas sociais implementadas pelo governo petista, tais como, a expansão do número de universidades públicas e a implementação das políticas de ações afirmativas, possibilitando que um maior número de professores e alunas e alunos negros adentrassem a universidade. Esse ingresso contribuiu para a formação de



coletivos negros dentro e fora das universidades, que efetivamente estreitaram laços e alianças com os movimentos sociais, notadamente o movimento de mulheres negras (Figueiredo, 2020, p. 3).

Donna Haraway (1995) apresenta em seus argumentos a importância dos saberes localizados, particulares, onde se valoriza o encadeamento dos discursos, apontando para a necessidade da permanente atenção à visão parcial da ciência. O Feminismo Negro demonstra que a ciência não é neutra, que @ pesquisador/pesquisadora tem toda uma carga em sua biografia social, em sua perspectiva diferenciada de olhar as relações do cotidiano, o que torna sua percepção sobre determinadas temáticas de pesquisa singular.

Com a frase da estudante, podemos perceber como a expectativa de determinad@s professor@s sobre @s estudantes é a que el@s sejam caixas vazias esperando que @s docentes as preencham, abarrotando-@s com conceitos, categorias e autores que falam pouco ou nada sobre sua realidade. Esta “caixa”, @ estudante, é bombarread@ por teorias eurocêntricas e heteronormativas – e aqui posso dizer sobre esta realidade, dada a condição de pesquisador, que a “caixa” é para ser moldada, delimitada e preenchida por concepções pré-concebidas e que, muitas das vezes, desconsideram o conhecimento de mundo trazido para a academia pel@s estudantes.

A aula prossegue e a cada ponto a professora para, explica, tira dúvidas e faz perguntas, incentivando a boa participação d@s estudantes. Na interação, ela buscava sempre trazer questões relacionadas a habilidades e competências d@s estudantes, temas próximos das realidades vivenciadas pelas pessoas presentes na sala de aula. No final da exposição, a docente lembrou sobre os projetos que @s estudantes têm que começar a apresentar, falou da agenda de orientações, ocasião em que el@s debatem as idealizações iniciais com a professora e depois levam para @s orientador@s as sugestões.

Finalizada a aula, conversamos um pouco e a professora relatou sobre uma pesquisa dela, que trata da representação da escrita no teatro baiano, realizada na biblioteca do Teatro Xisto Bahia, onde analisa textos sobre a ditadura militar e reflete sobre como o teatro abordava o tema naquele momento. A pesquisa trabalha com as representações sobre raça, e a professora Conceição Evaristo citou um texto teatral que fala sobre uma relação interracial, cujo roteiro narra uma história em que uma mulher negra usa de sua influência na sociedade baiana para ajudar o marido branco arquiteto, visto que ele



não quer ser ajudado. A professora lembra esse aspecto da obra para demostrar o quanto as mulheres negras têm um engajamento na sociedade brasileira, em especial na baiana, considerando que as relações interraciais são marcadas muito fortemente pela intersecção de gênero e raça. Prosseguindo, a entrevistada/interlocutora comenta sobre sua pesquisa em que ela retrata a história de Yemanjá, uma representação sobre a força e beleza da rainha do mar. Em suas palavras:

É uma pesquisa engajada, onde trabalho com posturas políticas e culturas populares, buscando entender como o teatro baiano se referia à ditadura militar. Tem outra vertente da pesquisa iniciada que é a questão da relação de raça e suas representações aqui na Bahia, no caso da pesquisa sobre Yemanjá (Conceição Evaristo, professora no Instituto de Letras).

Assim, surgiu a conversa sobre Yemanjá e o bairro de Plataforma. Como vimos na citação, a professora trabalha em suas pesquisas com questões raciais, abordando o tema da cultura, especificamente do teatro, considerando a luta contra a ditadura militar. A docente relatou seu carinho pelo bairro onde nasceu, Plataforma (situado no Subúrbio Ferroviário de Salvador), com o qual ela tem ligações fortes, justamente por causa da vivência no teatro daquela localidade, o que influencia sua pesquisa. No decorrer da conversa, falamos um pouco mais da sua conexão com o bairro e ela contou sobre um teatro que foi reinaugurado lá, e que vem suprindo a comunidade enquanto uma opção de lazer. Nesse momento, a interlocutora relata: “quero muito poder fazer algo lá, tenho muito carinho pela Plataforma, a cultura é um norte de suma importância para a inserção social”.

ABORDAGEM DE GÊNERO E RAÇA NO CURRÍCULO: PRÁTICA PEDAGÓGICA E ENGAJAMENTO POLÍTICO

A professora Carolina Maria de Jesus aponta as questões de raça no currículo do curso no qual ela exerce a docência:

E através de uma pesquisa que eu tenho feito e tem sido muito bacana de construir repertório, por exemplo, de arquitetos da diáspora. E aí: quem são os arquitetos negros? Eu não tive referências de professores negros, nem de arquitetos negros a vida inteira, a formação inteira. Isso não aparece na Arquitetura, então, estou trazendo esses arquitetos, arquitetas, planejadores e, sobretudo, as mulheres negras. Então, esquece e zero! [referindo-se ao curso de Arquitetura], na historiografia da Arquitetura mundial. Os grandes livros de Arquitetura, de vários períodos, estilos,



você não vai encontrar arquitetas negras (Carolina Maria de Jesus, professora na Escola de Arquitetura).

A entrevistada revela que tem feito, a partir de suas próprias pesquisas, uma conexão entre diáspora e Arquitetura, com enfoque nas mulheres negras, trabalhando de forma relacional gênero e raça, conceitos inexistentes na área, onde também não se encontram autor@s negros e negras. A docente vem buscando pesquisar e trazer ess@s autor@s para a sala de aula, a partir de seu voo solo. E continua:

A gente brinca dizendo que a única hora que aparece a África na história da Arquitetura de um curso inteiro é no Egito, porque a discussão quilombola não é uma discussão colocada, ao menos, se for uma disciplina específica onde o professor abre um tópico especial, um projeto de extensão, mas isso não existe, isto não está no currículo de Arquitetura. Por exemplo, África, aparece só o Egito. Então, é a única coisa que aparece! (Carolina Maria de Jesus, professora na Escola de Arquitetura).

Já em outro contexto, sobre o currículo de Enfermagem, de acordo com a interlocutora Laura temos as seguintes considerações:

Por exemplo, como eu trabalho com Enfermagem, tá, eu não posso trabalhar sem cruzar com a perspectiva de gênero. Olha, por exemplo, nos quilombos trabalhamos com crianças, mulheres e adultos, certo? Eu dou aula de saúde da criança, saúde da criança não pode deixar de falar sobre a mulher, as questões da mulher negra. Então, é assim sempre a questão do gênero, ela acaba aparecendo. Mas gênero não é a minha principal abordagem, acaba acontecendo porque é impossível você trabalhar raça sem trabalhar gênero, meu principal tema é a raça (Laura, professora na Escola de Enfermagem).

Para a professora Laura, tratar de raça é preponderante, sendo inclusive sua categoria principal de pesquisa. A interlocutora, entretanto, demonstra preocupação com outras discussões, em especial quando se trata de crianças, quando a categoria mulheres negras não pode ficar de fora das aulas. Corroborando com essa ideia, a autora Sueli Carneiro (2003, p. 181) afirma:

Enegrecendo o feminismo é a expressão que vimos utilizando para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro. Buscamos assinalar, com ela, a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista, de um lado; e, de outro, revelar a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminismo construído em sociedades multirraciais e pluriculturais. Com essas iniciativas, pôde-se engendrar uma agenda



específica que combateu, simultaneamente, as desigualdades de gênero e intragênero; afirmamos e visibilizamos uma perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher, negra e, em geral, pobre. Delineamos, por fim, o papel que essa perspectiva tem na luta antirracista no Brasil.

A autora destaca a importância da intersecção das categorias gênero e raça, que no Brasil ajudou a constituir o campo dos estudos de gênero e o dinamismo do enegrecimento do feminismo, alertando que mulheres não brancas não poderiam somente ser interpretadas pela rubrica de gênero, pois era preciso atentar para outros aspectos e especificidades que as distanciam das definições generalizadas do feminismo ocidental.

É histórico que as mulheres negras, ao sinalizarem para as questões que entrecruzam gênero, raça e classe com outros marcadores sociais, dão suporte para o que Kimberlé Crenshaw (2002) conceitua como interseccionalidade, pensada a partir de eixos de opressão que se cruzam em avenidas, que se correlacionam mutualmente, sendo que comunicação que se dá por diferentes vias formam esse cruzamento. Lembrando que a interseccionalidade não é somente uma ferramenta analítica, mas também política, ao passo que a raça é uma categoria que está sempre posta, ou seja, não se pode usar a interseccionalidade sem considerar a raça enquanto vetor social e categoria de análise.

Boaventura Sousa Santos (2007) afirma que o outro lado da linha compreende uma vasta gama de experiências, e que este é um processo de resistência, de busca de uma elaboração inovadora na construção de um conhecimento que tenta trazer rupturas aos currículos, às linhas coloniais que estruturam o pensamento acadêmico. E isso as professoras negras têm buscado enfrentar e desenvolver, a partir de suas biografias e do engajamento político na luta antirracista no contexto universitário, construindo um exemplo de subversão e de caminhada para se chegar a um currículo universitário mais plural.

Quando perguntada se não aparecia nenhum nome de arquiteto egípcio no programa, a resposta da professora Carolina foi inusitada: “Rapaz, porra! Na disciplina ‘História I’, talvez apareça, mas sem essa construção que o Egito é África! O Egito aparece como sendo uma grande coisa e quase sempre dissociado do território africano”. Assim, é possível perceber que existe uma invisibilização da produção negra, do conhecimento negro e uma negação de que o Egito faz parte do continente



africano. A entrevistada continua: “Oh... Egito!!! Sabe?”, expressa Carolina, como quem se refere àquele país como uma grande expressão histórica, mas que não é situado geopoliticamente.

Em sala de aula eu dou a disciplina de “Teoria Histórica”, quanto não de “Projeto e Planejamento”, que são, então, disciplinas teóricas e de proposições. Nas disciplinas teóricas eu tento desconstruir a partir de autores das referências dos próprios conceitos, eu tento desconstruir uma visão de Arquitetura eurocêntrica, também uma visão de Arquitetura brasileira a partir do português europeu [...]. “História Brasileira” é uma disciplina que eu dou, e onde eu trago os autores negros. Beatriz Nascimento discutindo a questão quilombola... Eu trago as referências, não de um Brasil a partir de Portugal, mas a partir das nações africanas que vieram para cá, sobre quais técnicas eles tinham trazido, o modo de vivência e quais as relações de convivências eles tinham (Carolina Maria de Jesus, professora na Escola de Arquitetura).

Destacamos que no currículo de Arquitetura, a disciplina que tem um caráter mais prático-pedagógico é direcionada para desenvolver projetos voltados para pensar as cidades, a partir da vivência cotidiana, e tem duração de dois semestres. A professora Carolina, que optou por ficar no primeiro semestre, explica que essa é uma disciplina pensada para dialogar com as outras, mas enfatizou que, por algum motivo, isso não acontece. O processo de avaliação consiste em uma nota parcial, por ser uma matéria anual. A disciplina que se chama “Ateliê”, e tem esse nome justamente por tratar de projetos e possui algumas características de escritório de arquitetura. A docente preza sempre por estimular @s estudantes a pensarem de forma que envolva perspectivas e modelos plurais de cidades, como Machu Picchu, Cartago, entre outras. Ela traz experiências como a do Quilombo de Palmares, do estado de Alagoas, das comunidades de povos indígenas, dentre outras, com o objetivo de apresentar um plano alternativo ao modelo de currículo oficial vigente.

A professora demonstra toda uma preocupação em construir uma ementa que fuja da matriz colonial, que tenha uma perspectiva que valorize os grupos minoritários e que traga discussões a partir de referenciais diversos, a fim de provocar discussões que reformulam as percepções d@s estudantes, constituindo-se em um outro tipo de formação, para além do modelo tradicional.

[...] Para não ficar com a perspectiva de um Brasil de Arquitetura pautada somente na influência europeia, em especial portuguesa, o que predomina nas cidades brasileiras, busco, recontextualizando a própria história do Brasil com outros referenciais de Arquitetura, modelos de construções, e acaba sendo um trabalho mesmo de voltar, de pensar com eles modos diferentes de formação de cidades. O



que é que eles [os estudantes] têm de construção sobre história brasileira, e aí construir outros argumentos, outros elementos para poder repensar, colocar essa discussão em debate [referindo-se aos estudantes trazerem outros modelos de cidades, a partir de suas habilidades e experiências]. Elencando em um só contexto técnicas, trazendo exemplos do ponto de vista da Arquitetura, quem é que constrói, quem é a mão-de-obra que produz as cidades [referindo-se à mão de obra negra]. Então, se o arquiteto é o português, mas quem construiu? Tecnicamente, com o saber técnico, que é ancestral, é o povo negro! Trazendo essa discussão a partir da técnica da história, a partir das referências bibliográficas que contextualiza a história brasileira (Carolina Maria de Jesus, professora na Escola de Arquitetura).

É esse o exercício que nossa interlocutora promove: pensar uma Arquitetura que valorize a produção brasileira, dando visibilidade à participação de sujeit@s negr@s na concretização de projetos de arquitetura, enfatizando o saber técnico ancestral, destacando quem constrói, considerando as condições de construção, os saberes e as técnicas negras, que muitas vezes dialogavam com as técnicas portuguesas na construção das cidades brasileiras. É um verdadeiro exercício de nacionalizar a arquitetura colonial brasileira e mostrar o espaço de protagonismo d@s negr@s.

Nesse sentido, Guerreiro Ramos (1981) nos convida a refletir acerca das nossas produções científicas e destaca como a abordagem técnica-reflexiva na Antropologia e na Sociologia contribui para nortear a complexidade de pensarmos o negro brasileiro fora das categorias e referenciais eurocêntricos. Dando sustentáculo a essas proposições descoloniais, detectadas nas ações didáticas e pedagógicas relatadas pelas docentes negras, interlocutoras desta pesquisa, elas se afastam de ser o que o autor definiu como “um *répétiteur*, hábil muitas vezes, um utilizador de conceitos pré-fabricados, pobre de experiências cognitivas genuinamente vividas e, portanto, vítima dos prestígios ‘dos centros europeus e norte-americanos de investigação’” (1981, p. 164).

Transmutar, na medida de suas possibilidades, os currículos crivados de eurocentridades, trazendo para as salas de aula práticas, memórias, elementos e modos que levam em conta as realidades sociais distintas, veste de singular deferência o esforço em irromper os “clichês conceituais” apontados por Ramos (1981), que operam e direcionam o aprendizado dentro da academia. A consciência, segundo o autor, demonstrada pelas docentes negras ao buscar aplicabilidade para inserir durante as aulas categorias que foram historicamente alijadas da produção do conhecimento, aponta para um repensar necessário da forma de fazer o ensino superior atualmente



no Brasil. Essa constatação fica evidente ao observarmos as professoras, seus currículos, suas produções, suas aulas e ao realizarmos as análises das entrevistas cedidas por elas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações das professoras negras são caracterizadas por diferentes formas de enfrentamento ao racismo, desde a sua própria presença na academia, em um espaço que nega frequentemente esse lugar para mulheres negras, até a maneira como atuam junto @s estudantes, a partir de intervenções no cotidiano da universidade. E mesmo aquelas professoras negras que não pesquisam em diálogo com o tema das hierarquias/desigualdades raciais, ou com o campo gênero e raça, ainda assim, contribuem para a luta antirracista, levando discussões qualificadas para a sala de aula e atuando junto às/aos estudantes negr@s, desde o incentivo para cursar as disciplinas, passando pela compra e doação de materiais de estudos, indicando leituras de autores/as negr@s, participando de eventos, cursos preparatórios para seleção de mestrado e doutorado, o que compõe toda uma reflexão sobre o racismo e as iniquidades raciais produzidas no Brasil.

Ressalto que, ao recepcionar diferentes sujeit@s dentro e fora da universidade, cujas diferenças simbolizam padrões difíceis de serem compreendidos e aceitos, as professoras negras passam a treiná-l@s para disputar espaços de visibilidade nas produções acadêmicas, dando-lhes, assim, existência singular na universidade pública, habilitando-@s para o rígido espaço no plano da produção científica.

Nesse percurso, a travessia d@s sujeit@s que adentram a universidade, a partir das cotas, apresentam novas perspectivas de pesquisa, novos olhares sobre a ciência, pois são sujeit@s que advêm de grupos minoritários e que, ao se encontrarem com as professoras negras, reconhecem-se nelas, passam a tê-las como referência e inspiração. Por sua vez, essas professoras negras se comunicam com o Movimento de Mulheres Negras, com coletivos negros formados por estudantes dentro da universidade, com grupos e sujeit@s quilombolas, o que acabam constituindo o que podemos chamar de feminismo negro acadêmico, no que tange à produção do conhecimento, à constituição do currículo, a leituras que visam questionar a estrutura hierárquica da universidade.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 2012. Disponível em: https://fundacaotidesubal.org.br/o-que-voce-precisa-saber-sobre-a-lei-de-cotas/?gad_source=1&gclid=Cj0KCQjw16O_BhDNARIsAC3i2GA5ijg9uN6L-qi7BkCfML1ZXtEWX6qEVISXsbjy8Jb8mBfK2sUWrhwaApGbEALw_wcB. Acesso em: 10 de jul. de 2024.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Censo da Educação Superior 2016.** Notas estatísticas. Ministério da Educação, 2016. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2016.pdf. Acesso em: 28 de jul. de 2024.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Censo da Educação Superior 2017.** Notas estatísticas. Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 28 de jul. de 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, ano 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Soc. Estado** [online], v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.

FIGUEIREDO, Angela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, p. 2-24, e0102, jan./abr. 2020.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial: **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLOCADA (IPEA). **Retrato das desigualdades de gênero e raça.** Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/retrato/indicadores/educacao/apresentacao>. Acesso em: 20 de jan. de 2024.

PETRUCELLI, José Luis. **Mapa da cor no ensino superior do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira/UERJ, 2004.

RAMOS, Guerreiro. O problema do negro na Sociologia brasileira. Transcrito de Cadernos de Nosso Tempo, v. 2, n. 2, p. 189-220, jan./jun. 1954. Republicado em: **O Pensamento Nacionalista e os Cadernos de Nosso Tempo**. Brasília: Câmara dos Deputados e Biblioteca do Pensamento Brasileiro, 1981. p. 39-69.

SANTOS, Boaventura Sousa. Para além do pensamento abissal. **Novos Estudos** 79, New York, Columbia University Press, p. 71-94, nov. 2007.

Recebido em: 09 de abril de 2025.

80



Aprovado em: 30 de setembro de 2025.